



POBREZA NA AMAZÔNIA: O CASO DO MUNICÍPIO DE MANAUS (AMAZONAS) NO PERÍODO 2000 A 2010

POVERTY IN THE AMAZON: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF MANAUS (AMAZONAS) IN THE PERIOD FROM 2000 TO 2010

Laís France Barros de Freitas

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
laisbarrosfre@gmail.com

Marília Carvalho Brasil

Professora Adjunta do Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
mariliacbrasil@ufam.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT7 – Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

As discussões sobre pobreza estão presentes no campo dos estudos sociais há muitas décadas, tanto em países ricos quanto nos pobres. Nos países em desenvolvimento, ao se verificar que centenas de milhares de pessoas viviam em situação de miséria, houve a intensificação das pesquisas que visavam a redução da pobreza. Amartya Sen, na década de 1980, trouxe à tona a discussão a respeito da abordagem multidimensional da pobreza em oposição à unidimensional (que foca na renda monetária), fato que contribuiu para o avanço das teorias e metodologias de ambas as abordagens. No Brasil, é notório o foco dos estudos nas regiões mais desenvolvidas economicamente. Dessa forma, regiões como a Amazônica sofrem com a escassez de pesquisas a respeito deste tema. Neste cenário, a presente pesquisa, utilizando a abordagem unidimensional, busca analisar a evolução da pobreza no município de Manaus no período 2000 a 2010. Assim, foram utilizados os microdados dos Censos demográficos manuseados com o auxílio do programa R. Para mensurar a pobreza, foi utilizada a linha de pobreza com base na metodologia do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Para calcular o número de indivíduos pobres, os indicadores usados foram o índice H (headcount index) e o hiato de pobreza (IHP). Com a análise das características gerais da população, constata-se um aumento populacional, melhora no nível de instrução dos habitantes e no percentual de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada. O Índice H mostra que, no período analisado, a extensão da pobreza caiu 12,5%. Quanto aos hiatos, vê-se aumento no hiato total da renda e redução no hiato médio da renda. Pelo hiato médio em relação à linha de pobreza observa-se redução na intensidade da pobreza no município de Manaus.

Palavras-chave: Pobreza unidimensional; Amazônia; Manaus.

Abstract

Discussions about poverty have been present in the field of social studies for many decades, both in rich and poor countries. In developing countries, when hundreds of thousands of people were found to be living in poverty, there was an intensification of research aimed at reducing poverty. Amartya Sen, in the 1980s, brought up the discussion about the multidimensional approach to poverty as opposed to the unidimensional one (which focuses on monetary income), a fact that contributed to the advancement of the theories and methodologies of both approaches. In Brazil, the focus of studies on the most economically developed regions is notorious. Thus, regions such as the Amazon suffer from a lack of research on this topic. In this scenario, the present research, using the one-dimensional approach, seeks to analyze the evolution of poverty in the city of Manaus from 2000 to 2010. Thus, microdata from the Demographic Censuses handled with the aid of the R program were used. the poverty line was used based on the methodology of the Institute of Labor and Society Studies (IETS). To calculate the number of poor individuals, the indicators used were the H-index (headcount index) and the poverty gap (IHP). With the analysis of the general characteristics of the population, there is an increase in population, an improvement in the level of education of the inhabitants and in the percentage of employed people with a formal contract. The H Index shows that, in the analyzed period, the extent of poverty fell by 12.5%. As for the gaps, there is an increase in the total income gap and a reduction in the average income gap. The average gap in relation to the poverty line shows a reduction in the intensity of poverty in the city of Manaus.

Key words: Unidimensional poverty; Amazon; Manaus.



1. Introdução

Apesar de ser amplamente discutida no campo dos estudos sociais há décadas, a pobreza é um problema que continua presente em nossa sociedade. Ainda que tenha uma importância incontestável, é possível observar a dificuldade ao se tentar definir quem são os pobres e sua quantidade, visto que há diversas definições para pobreza, fato que influencia diretamente nas metodologias de análise.

Há registros de definições de pobreza em diferentes épocas e territórios, complementando-se e evoluindo de acordo com as mudanças na sociedade. É interessante dizer que a preocupação com o tema pobreza não teve início nos países pobres, onde o problema é mais grave, mas sim nos países ricos, como nota Rocha (2003, p.11). As análises sobre pobreza datam do período entre 1531 e 1601 na Inglaterra, lugar em que foram promulgadas as primeiras “Poor Laws”. As “Poor Laws” foram um sistema de ajuda social aos pobres na Inglaterra e Gales desenvolvida durante a Idade Média e que subsistiu até o surgimento do Estado de bem-estar moderno, após a Segunda Guerra Mundial. As leis eram baseadas em “caçar” aqueles que não tinham ocupação, de forma a forçar ao trabalho todos que fossem fisicamente capazes de realizar atividades. A partir disso, mais leis e políticas foram criadas em outros países para controlar a pobreza, ressaltando as peculiaridades de cada região e a diversidade das metodologias de análise.

O capitalismo, a partir dos anos 1970, passou por reestruturações econômicas, políticas e sociais associadas à crise do fordismo. Essa reestruturação provocou transformações no mundo do trabalho, como piora nas condições de precariedade e desemprego (CASTEL, 1998, p.33) fazendo com que a questão da pobreza passasse a ser uma preocupação central na Europa. Codes (2008) diz que nos países em desenvolvimento, o engajamento em pesquisas sobre redução da pobreza aumentou quando se verificou que centenas de milhares de pessoas viviam em situação de miséria.

Até então o foco dos estudos não havia sido buscar consenso quanto às definições de pobreza e, dessa forma, não havia clareza ao se tratar do fenômeno em sociedades distintas, tornando as análises divergentes e impossíveis de serem comparadas entre si. A partir disso, iniciou-se a busca por conceitos relacionados à pobreza que pudessem ser utilizados internacionalmente. É importante ressaltar que ainda hoje, por motivos que serão discutidos adiante, não há consenso quando se trata da conceituação de pobreza, havendo então várias abordagens.

Segundo Rocha (2003), a pobreza, de forma genérica, pode ser definida como a situação na qual as necessidades básicas não podem ser atendidas de forma adequada. Partindo disso, é preciso ter em mente que o nível das necessidades básicas é distinto dependendo do sexo, idade, região, entre outras coisas, o que acaba por complicar a conceituação. Nessa abordagem, os principais indicadores utilizados são: alimentação correta, boas condições sanitárias e educação (ROCHA, 2005).

Os conceitos de pobreza não competem entre si. As definições mais atuais complementam as que vieram anteriormente, analisando os pontos positivos e negativos de sua antecessora e adaptando-as à sociedade e ao tempo em questão. Para mensurar e conceituar pobreza, é preciso examinar as principais abordagens existentes iniciando-se pela abordagem da subsistência. Essa abordagem, que teve início na Inglaterra, tem duas fases. A primeira fase, no final do século XIX, seguiu a linha das “Poor Laws”, onde, de acordo com Townsend (1993, p.30), as necessidades eram medidas por quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente. Nessa fase, o objetivo era encontrar e formular ações, através de estudos nutricionais, que possibilitassem o acesso de pessoas pobres a um nível mínimo de alimentação, que seria suficiente apenas para sua reprodução física. Até então era considerado pobre quem



pertencia a uma família que não possuía renda suficiente para alcançar esse nível de alimentação. A segunda fase ocorreu após a Segunda Guerra e a pobreza passou a ser vista como um problema para a manutenção da coesão social, tornando-se alvo de políticas públicas. O Estado inglês focou na manutenção do pleno emprego para possibilitar o acesso de todos a recursos básicos, como a alimentação. Outros países também passaram a adotar essa abordagem, sendo utilizado até os dias atuais, correspondendo à noção de pobreza absoluta, de acordo com Rocha (2003).

Para um melhor entendimento da questão estudada é preciso diferenciar pobreza absoluta e relativa. Pobreza absoluta é relacionada à sobrevivência física e, portanto, ao não-atendimento do necessário para o mínimo vital. Já a pobreza relativa está relacionada ao modo de vida predominante da sociedade, ou seja, o conceito delimita um conjunto de indivíduos que são pobres em relação aos demais indivíduos da sociedade em que estão inseridos, sendo o mínimo vital garantido a todos. Um fato em comum é que ambas as definições são de difícil utilização devido à subjetividade implicada nelas. Pode-se dizer que no Brasil, o conceito mais relevante é o de pobreza absoluta, considerando que a maior parte da população não tem suas necessidades básicas atendidas.

Desde meados do século XIX até os nossos dias, várias abordagens teóricas surgiram procurando analisar a situação de pobreza nas sociedades. A abordagem baseada na insuficiência de renda (monetária) teve início na Inglaterra com os trabalhos de Booth, no século XIX, e Rowntree, no início do século XX. Booth construiu oito classes sociais considerando a renda como elemento importante desta classificação, entre elas quatro referem-se aos pobres. Já Rowntree, definiu duas categorias de pobreza: a primeira (primary poverty) foi estimada através de uma linha de pobreza (monetária) suficiente para adquirir alimentos, roupa e pagar o aluguel; a segunda (secondary poverty) abrangia famílias que viviam em condições visivelmente necessitadas (LADERCHI et al, 2003, p. 8). Como semelhanças, eles adotavam uma perspectiva objetiva da mensuração da pobreza: a pesquisa era feita por indivíduos externos ao fenômeno e a abordagem era individualista (LADERCHI et al., 2003).

Machado (2007) aponta que a definição de pobreza como insuficiência de renda é ainda a mais utilizada, estando diretamente relacionada à possibilidade de mensurar a pobreza ao se converter em termos monetários as necessidades mínimas, sendo a renda uma proxy dessas necessidades e permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação entre os períodos analisados.

Para mensurar a pobreza através da renda, é estabelecido um limite mínimo, no qual todos os indivíduos abaixo deste valor seriam considerados pobres. Assim, é calculada uma linha de pobreza baseada na renda que seria suficiente para a satisfação de algumas necessidades básicas. A linha de pobreza é obtida ao delimitar a linha de indigência. A linha de indigência é calculada a partir da quantidade de calorias suficientes para que o indivíduo ou sua família possa se reproduzir. O valor obtido é convertido em alimentos, levando em conta a realidade da sociedade em questão, e assim, convertidos mais uma vez em moeda. Pode-se dizer que a linha de indigência é a quantidade de moeda para a compra destes produtos (MACHADO, 2007). Dessa forma, quem está abaixo da linha de indigência não tem o considerado mínimo vital e quem está abaixo da linha da pobreza é considerado pobre, podendo ou não estar em situação de fome.

Ao longo da segunda metade do Século XX foram surgindo novas abordagens que ultrapassavam o entendimento da pobreza baseada apenas na renda. Dentre elas estão as que adotam uma perspectiva multidimensional. As necessidades básicas de uma população, como citado anteriormente, são subjetivas, logo, dependem de diversos fatores que excedem a renda. Amartya Sen, o principal autor na esfera multidimensional, reflete acerca da abordagem da privação das capacidades que avança no sentido de ampliar, aprofundar e incorporar dimensões



extras ao se conceituar a pobreza. Essa abordagem dá ênfase ao campo de pensamento sobre justiça social, igualdades e desigualdades, sem negar a importância dos fatores econômicos e enfatizando as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social (SEN, 1988, p. 31). Visando a análise da justiça social, as vantagens individuais são aferidas em termos de capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades substantivas de que ela usufrui para levar um tipo de vida que valoriza. Decorrente disso, vem a noção de que a pobreza não deve ser identificada como critério padrão da escassez de renda, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas “capacidades básicas” (SEN, 1999, p. 87). De acordo com essa noção, para que uma pessoa deixe de ser pobre e leve uma vida digna, ela precisa desenvolver capacidades por meio de ações individuais e coletivas, que a conduzam à melhoria de suas condições e à superação dos movimentos cíclicos que a faz permanecer em situação de carência e privação.

Os estudos sobre pobreza no Brasil tiveram maior destaque a partir dos anos 1970. Esses estudos vêm apontando as mudanças na quantidade e perfil dos pobres diante das transformações econômicas sofridas pelo país. É notável que boa parte dos estudos focam as regiões e Estados mais desenvolvidos economicamente como Centro-Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul, deixando de lado regiões que realmente necessitam de uma avaliação aprofundada sobre a pobreza pela grande concentração de pobres e divergências no modo de vida da população urbana e rural, como Norte e Nordeste.

O aumento no número de pessoas que vivem em situações de precariedade, de vulnerabilidade social, de desemprego e de pobreza no mundo inteiro coloca a questão no centro de discussões tanto no meio acadêmico quanto no social, fazendo parte da agenda política dos governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, constituindo-se também em alvo de ações internacionais (IVO, 2002; LIMA, 2002). Apesar da reconhecida importância do tema, poucos são os trabalhos que tratam desta questão quando se refere ao município de Manaus. Por conta disto, este projeto de iniciação científica visa contribuir para esta discussão sobre a pobreza no município de Manaus utilizando dados que ajudem a entender quem e quantos são as pessoas consideradas pobres. Para isso, a abordagem da pobreza empregada para o estudo foi a da insuficiência de renda.

Tendo estas questões em vista, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a evolução da pobreza no município de Manaus sob o enfoque unidimensional verificando sua sensibilidade quanto às especificidades intramunicipais no período 2000 a 2010. Para que isso possa ocorrer, propõe-se como objetivos específicos: construir os indicadores de pobreza das áreas de ponderação do município de Manaus; e, analisar o comportamento da pobreza no município de Manaus considerando as especificidades das áreas de ponderação.

2. Metodologia

No presente estudo, para realizar a análise unidimensional da pobreza no município de Manaus, foram efetivadas pesquisas bibliográfica, documental e quantitativa.

Os níveis de agregação para a análise dos dados do município de Manaus foram o conjunto do município e as áreas de ponderação (AP). De acordo com o IBGE (2002), a área de ponderação é constituída por uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo.

No ano de 2000, o município de Manaus contava com 39 áreas de ponderação, sendo elas: Centro, Aparecida e Presidente Vargas; Praça 14 e Cachoeirinha; Glória e São Raimundo; Santo Antônio e Vila da Prata; São Jorge; Compensa e Santo Agostinho; Alvorada; Bairro da



Paz e Redenção; Planalto e Nova Esperança; Lírio do Vale; Coroado; Japiim e Japiinlândia; Japiim Central; Raiz; Petrópolis e São Francisco; Betânia e São Lázaro; Educandos, Colônia Oliveira Machado e Crespo; Santa Luzia e Morro da Liberdade; Distrito Industrial e Vila Buriti; Mauazinho, Antônio Aleixo e Puraquequara; Chapada, São Geraldo e Dom Pedro; Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis; Aleixo; Parque 10; Flores; Colônia Santo Antônio e Novo Israel; Colônia Terra Nova; Santa Etelvina e Monte das Oliveiras; Cidade Nova Conjuntos; Cidade Nova e Amazonino Mendes; Cidade Nova e Invasões Leste; Tarumã e Ponta Negra; Jorge Teixeira Norte; Jorge Teixeira Sul; Tancredo Neves; São José; Zumbi; Armando Mendes e Área de Expansão – Zona Rural.

Já em 2010, haviam 33 áreas de ponderação, que lista-se a seguir: Lago Azul e Santa Etelvina; Distrito Industrial I e II, Puraquequara, Colônia Antônio Aleixo e Mauazinho; Colônia Oliveira Machado, Educandos, Santa Luzia e Morro da Liberdade; Compensa; Alvorada; Cidade de Deus; Cidade Nova; Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças; Armando Mendes e Zumbi dos Palmares; Cachoeirinha, Praça 14 de Janeiro e Raiz; Centro e Nossa Senhora Aparecida; Dom Pedro I, São Geraldo e Chapada; Glória, Santo Antônio, São Raimundo e Presidente Vargas; Nova Esperança e Santo Agostinho; Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra; Redenção e Bairro da Paz; São Francisco e Petrópolis; Japiim; Coroado; Betânia, Crespo, São Lázaro e Vila Buriti; Flores; Parque 10 de Novembro; Monte das Oliveiras; Colônia Santo Antônio e Novo Israel; Colônia Terra Nova; Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores); São José Operário; Jorge Teixeira; Tancredo Neves; Novo Aleixo; Nova Cidade; Gilberto Mestrinho; São Jorge e Vila da Prata.

Como fontes de informações para a pesquisa foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 fornecidos pelo IBGE. As tabulações dos dados e os cálculos dos indicadores foram produzidos pelo Programa Estatístico R, que é um software livre que permite o tratamento estatístico de dados, como também a construção de tabelas e gráficos. Para a construção dos mapas foi utilizado o Programa QGIS, que também se constitui um *software* livre. Após a geração dos bancos de dados, para a estimação dos indicadores, foram utilizadas as seguintes variáveis: situação de domicílio, nível de instrução, categoria do emprego e rendimento *per capita*.

Para medir a pobreza unidimensional foi preciso utilizar uma linha de pobreza. A linha de pobreza é responsável por dividir a população total, de acordo com a renda, em dois subgrupos: pobres e não-pobres. A renda é considerada a variável mais popular para esse uso por conta da possibilidade de comparação internacional e por ser o meio predominante nas sociedades atuais para se obter bens e produtos capazes de proporcionar bem-estar (ROCHA, 2003). Dessa forma, pobres são aqueles que têm renda situada abaixo do valor estipulado como linha de pobreza, sendo então incapazes de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas na sociedade em que vivem (ROCHA, 2006). Estabelecer uma linha de pobreza em um país grande e diverso como o Brasil é um problema ainda sem solução, visto que dentro dos próprios municípios há divergências quanto ao custo de vida da população, sem falar dos aspectos relativos da pobreza.

A linha de pobreza utilizada neste trabalho teve como base a metodologia do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). A linha de pobreza calculada pelo IETS utiliza a metodologia descrita por Rocha em “Do consumo observado à linha de pobreza” (1997). A metodologia utiliza como base para suas estimativas a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e é ajustada a cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) regionais de acordo com o grupo de produtos. No estudo, os valores utilizados como referência foram os de Belém que, em 2000, correspondia R\$ 336,77 e R\$ 385,93 em 2010. Os valores foram deflacionados atualizando-os para dezembro de 2021.



Inclusive todas as variáveis de rendimentos empregadas neste estudo também tiveram seus valores atualizados para permitir a comparabilidade entre os anos analisados.

Estabelecida a linha de pobreza, pode-se calcular o contingente de pessoas ou famílias pobres. Os indicadores utilizados foram o índice H (*headcount index*) e o hiato de pobreza (IHP).

O índice H, ou proporção de pobres, é definido como o quociente entre o número de pessoas pobres, que têm renda ou consumo igual ou inferior à linha de pobreza, e o total de pessoas. Sendo H a proporção de pobres, q o número de pobres e n o total da população, a proporção de pobres é dada pela seguinte equação:

$$H = \frac{q}{n} \quad \text{Equação (1)}$$

Este indicador tem como vantagem a facilidade de cálculo e a compreensão da extensão da pobreza. Apesar disso, existem problemas como o fato de que ele não leva em conta a transferência de renda entre os pobres, a redução de renda do pobre e as ações do Estado em relação aos mais necessitados (MARTINS, 2012).

O hiato de pobreza fornece, diferente do índice H, o grau de intensidade da pobreza. É calculado o hiato monetário da população pobre. O valor do índice aumenta à medida que cresce a distância dos pobres em relação à linha de pobreza e diminui ao se observar avanços na redução da pobreza (MARTINS, 2012). Dada essa definição, Y_i é igual ao rendimento do indivíduo i , z é igual a linha de pobreza, q é igual ao número de pessoas pobres e n é igual ao total de pessoas, o hiato da pobreza pode de ser expresso pela seguinte equação:

$$IHP = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad \text{Equação (2)}$$

Para uma melhor análise dos resultados obtidos no hiato, os valores em reais são atualizados para dezembro de 2021. Assim, o valor da linha de pobreza pela metodologia do IETS também é atualizado para R\$ 336,77 em 2000 e R\$ 385,93 em 2010.

Um problema comum entre o índice anterior e o hiato da pobreza é que eles não são sensíveis quanto às transferências de recursos para os pobres, tornando-se inadequado para avaliar os efeitos das políticas de redução de pobreza.

3. Resultados e discussão

3.1. Características gerais da população

O município de Manaus nos anos de 2000 e 2010 passou de uma população total de 1,4 milhão para 1,8 milhão de pessoas. Neste período seu crescimento demográfico foi de 28,2%. No Estado do Amazonas o aumento populacional foi de 23,7%, tendo a população total passado de 2,8 milhões para 3,4 milhões.

Como mostra a Tabela 1, a população residente por situação de domicílio no ano de 2000 era predominantemente urbana. Apenas 7.765 pessoas (0,5% do total) habitavam a área rural. No ano de 2010, a população de Manaus continuava predominantemente urbana, assim como no ano de 2000. No entanto, em relação à área rural se observou uma redução tanto do número absoluto quanto do valor percentual de residentes, passando para 7.345 habitantes e 0,4% do total de habitantes. Em relação ao Amazonas no ano de 2000, o município de Manaus correspondia à 49,9% da população total, sendo também 69,9% da população urbana do Estado e apenas 0,9% da rural. Em 2010, a população de Manaus passou a ser 51,7% do total do Amazonas. Manaus representava 73,4% da população urbana do Estado e apenas 0,7% da rural.

As áreas de ponderação com os maiores contingentes populacionais, como mostra a Figura 1, são Cidade Nova – Conjuntos, Compensa e Santo Agostinho e São José, com, respectivamente, 97.913, 88.641 e 84.490 pessoas. As áreas menos populosas são Distrito Industrial e Vila Buriti, Área de expansão – zona rural e Tarumã e Ponta Negra, com 17.359,



11.342 e 8.756 habitantes, respectivamente. Em relação à área rural, é composta por apenas uma área de ponderação: a Área de expansão – Zona Rural com apenas 8.815 pessoas.

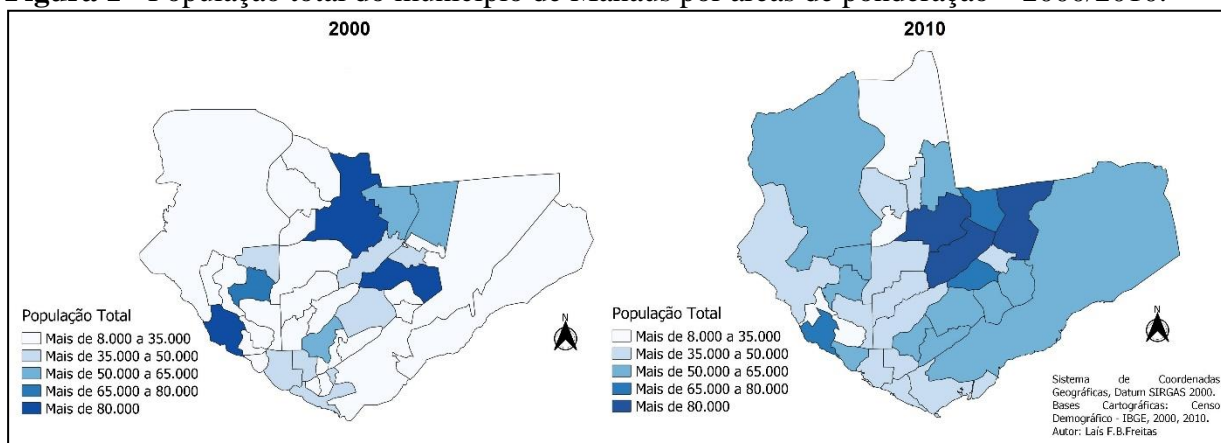
Tabela 1 - Situação de domicílio da população no município de Manaus – 2000/2010.

Situação de Domicílio	População	
	2000	2010
Urbana	1.398.070	1.794.669
Rural	7.765	7.345
Total	1.405.835	1.802.014

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

No ano de 2010, as áreas de ponderação mais populosas são Cidade Nova (121.135), Jorge Teixeira (112.879) e Novo Aleixo (96.611). Enquanto as áreas menos populosas são Nova Esperança e Santo Agostinho (34.289), Lago Azul e Santa Etelvina (33.892) e São Jorge e Vila da Prata (32.684). Quanto à área do Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores), contava tanto com população em zona rural (com 8.057 habitantes), quanto com população em área urbana (com 43.903 habitantes). Como se observa, há um adensamento populacional no período analisado, especialmente nas zonas leste e oeste, como se mostra a Figura 1.

Figura 1 - População total do município de Manaus por áreas de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Examinando o nível de instrução da população de 15 anos ou mais de idade (66,1% da população total), mostrado na Tabela 2, percebe-se que, para o ano de 2000, o maior valor está situado na categoria sem instrução/fundamental incompleto que corresponde a 60,8%. No Estado do Amazonas, para a mesma categoria, o valor representava 74%. Enquanto a categoria fundamental completo e médio incompleto apresenta-se como a segunda posição no percentual de pessoas, com 31,7%. O nível de escolaridade superior completo apresentava, neste ano, participação bastante reduzida no cômputo geral do nível de instrução da população manauara (1,7%), enquanto no Estado era de 0,9%.

No ano de 2010, a população com 15 anos ou mais de idade era de cerca de 75% da população total. Observa-se um aumento expressivo do percentual de pessoas com grau de escolaridade médio completo e superior incompleto, atingindo 36,9%, a maior participação entre as classes de nível de instrução neste ano, superando o nível sem instrução/fundamental incompleto. Na esfera estadual, a maior categoria permanece sendo sem instrução/fundamental incompleto com 53,6% da população. Outro incremento importante foi o verificado no nível superior completo que atingiu 8,5% do total, enquanto no Estado, para a mesma categoria, o

valor foi de 4,8%. Estas mudanças evidenciam uma melhoria significativa no nível de instrução da população residente em Manaus no período 2000/2010.

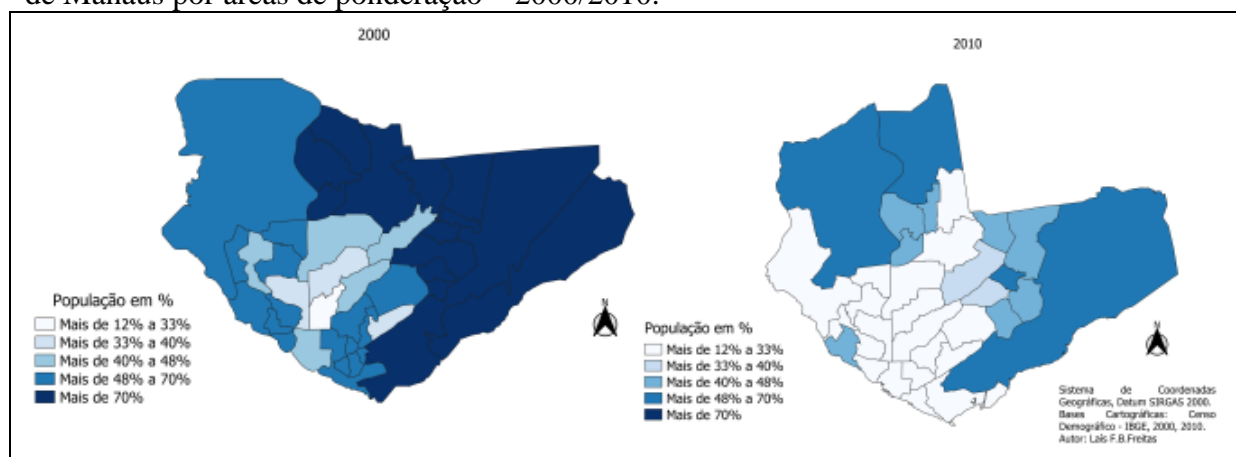
Tabela 2 - Nível de instrução da população do município de Manaus – 2000/2010 (%).

Nível de Instrução	População	
	2000	2010
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	60,84	33,78
Fundamental Completo e Médio Incompleto	31,73	19,81
Médio Completo e Superior Incompleto	4,78	36,88
Superior Completo	1,71	8,50
Não determinado	0,94	1,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

A Figura 2 mostra a distribuição da população segundo a categoria sem instrução e fundamental incompleto por áreas de ponderação de Manaus para os dois anos em análise. Em 2000, constata-se que a maioria das áreas de ponderação contavam com percentuais muito elevados de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto. Entre elas, Jorge Teixeira–Sul, Santa Etelvina e Monte das Oliveiras, Jorge Teixeira–Norte, Mauazinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara e Área de Expansão–Zona Rural, entre 80% e 91%, contavam com os mais elevados valores. Por outro lado, chama a atenção a área de ponderação Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis que é a única com percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto abaixo de 33% em 2000. Mostrando o quão elevado este nível de instrução apresentava-se naquele ano. As áreas com os menores valores para essa categoria são: Chapada, São Geraldo e Dom Pedro, Parque 10 e Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis com valores entre 30% e 40%.

Figura 2 – Percentual da população sem instrução e com fundamental incompleto do município de Manaus por áreas de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

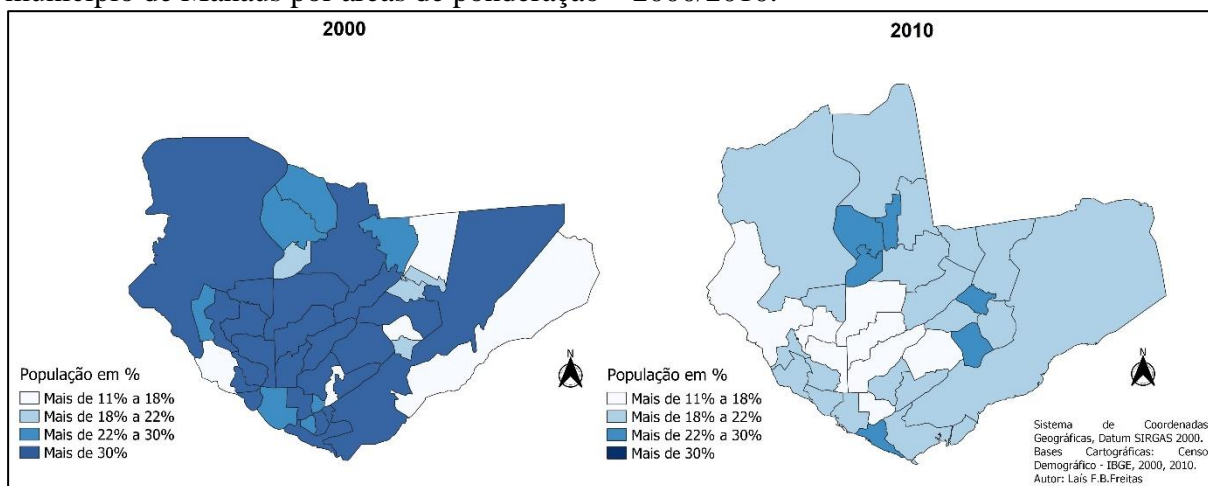
Quanto a 2010, as áreas de ponderação com os maiores valores são Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores), Lago Azul e Santa Etelvina com e Tancredo Neves com valores entre 45% e 55%. Já as menores quantidades estão nas áreas do Parque 10, Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças e Dom Pedro I, São Geraldo e Chapada, tendo valores entre 10% e 20%.



Por meio dos resultados obtidos, percebe-se que entre 2000 e 2010, apesar do aumento populacional, houve uma redução na quantidade de pessoas que faziam parte da categoria sem instrução e ensino fundamental incompleto. Entretanto, observando o mapa, é possível perceber que, em 2010, a maior concentração de pessoas nessa categoria (mais de 33%) estava localizada em apenas quatro áreas de ponderação, enquanto as demais áreas enquadradas nessa categoria educacional apresentavam em sua maioria valores entre 12% e 33%.

Na Figura 3 é mostrada a distribuição da população de Manaus por áreas de ponderação na categoria fundamental completo e médio incompleto para ambos os anos. Em 2000, as áreas de ponderação com os maiores valores são: Cidade Nova – Conjuntos, Japiim Central e Parque 10 com valores entre 40% e 47%. Enquanto os menores valores estão localizados no Jorge Teixeira – Norte, Jorge Teixeira – Sul e Santa Etelvina e Monte das Oliveiras (16% a 17%), além da Área de Expansão – Zona Rural com 7,2%.

Figura 3 – Porcentagem da população com fundamental completo e médio incompleto do município de Manaus por áreas de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

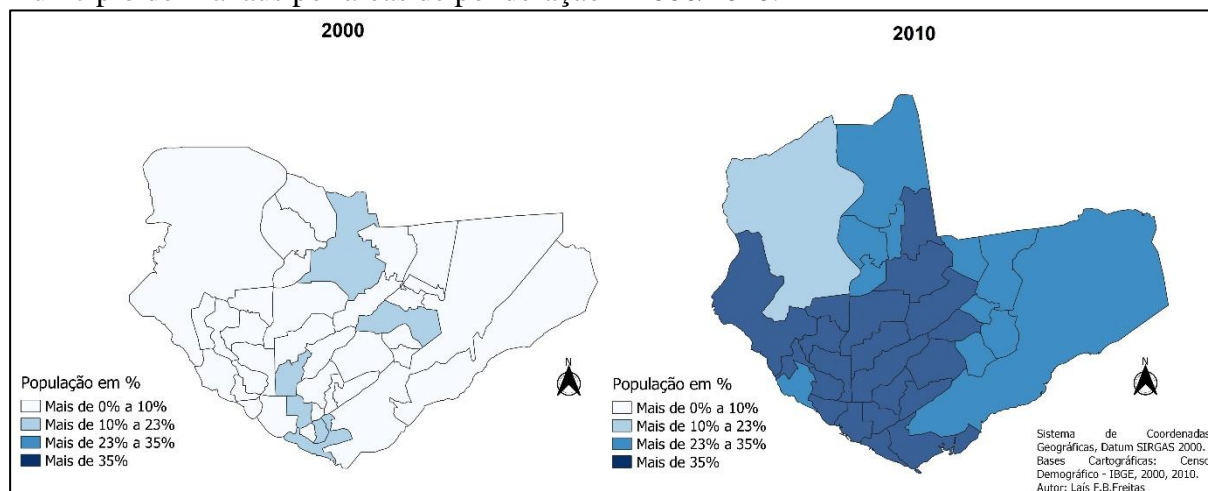
Já em 2010, as áreas de ponderação com os maiores valores são: Armando Mendes e Zumbi, Colônia Santo Antônio e Novo Israel e Tancredo Neves com valores na casa dos 23%. Enquanto as áreas com os menores valores são: Flores, Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra e Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, tendo números entre 11% e 16%.

É possível perceber que, de 2000 para 2010, houve grande queda na quantidade de áreas nas quais a população contava com o nível educacional fundamental completo e médio incompleto superior a 30%. Isso acontece porque houve avanço no nível de instrução da população, logo, a quantidade de pessoas que tinham os níveis mais baixos de instrução sofreu redução.

Na Figura 4 encontra-se a distribuição da população com médio completo e superior incompleto de acordo com as áreas de ponderação de Manaus. No ano de 2000, as áreas de ponderação com os maiores valores são: Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis, Chapada, São Geraldo e Dom Pedro e Parque 10 (15% a 20%). Por outro lado, as áreas com percentuais mais baixos são Jorge Teixeira – Sul, Colônia Terra Nova e Tancredo Neves com valores inferiores a 1%.

Em relação ao ano de 2010, as áreas de ponderação com os maiores percentuais são: Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra, Cidade Nova e Cachoeirinha, Praça 14 e Raiz (45% a 50%). As áreas com os menores níveis são: Tancredo Neves, Lago Azul e Santa Etelvina e Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores), tendo valores que vão de 20% a 27%.

Figura 4 – Percentual da população com ensino médio completo e superior incompleto do município de Manaus por áreas de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Observando a Figura, fica evidente que entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu crescimento do percentual de pessoas com maior nível educacional em todas as áreas de ponderação do município manauara, ilustrando mais uma vez o avanço no nível de instrução da população.

Na Tabela 3 foram apresentados os resultados da variável posição na ocupação das pessoas empregadas para os anos de 2000 e 2010. Em 2000, a categoria com o maior percentual de pessoas foi a dos trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada (34%), diferindo do Amazonas que tinha como a maior categoria a de trabalhadores empregados sem carteira assinada (27,9%). O menor grupo foi o dos empregadores, com apenas 1,8% da população, enquanto no Estado a mesma ocupação apresentava 1,2%. Os empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria também contavam com parcela importante da população manauara (31,5% e 22%). Isso significa que parcela significativa da população, superior a 55%, apresentava condições inadequadas de trabalho em relação aos direitos trabalhistas.

Tabela 3 – Percentagem da população residente em Manaus conforme a posição na ocupação das pessoas empregadas – 2000/2010 (%).

Categoria	Percentual	
	2000	2010
Empregados com carteira de trabalho assinada	34,05	49,93
Militares e funcionários públicos estatutários	8,90	6,83
Empregados sem carteira de trabalho assinada	31,49	19,88
Conta própria	21,93	20,45
Empregadores	1,77	1,26
Não Remunerado	1,87	1,63

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

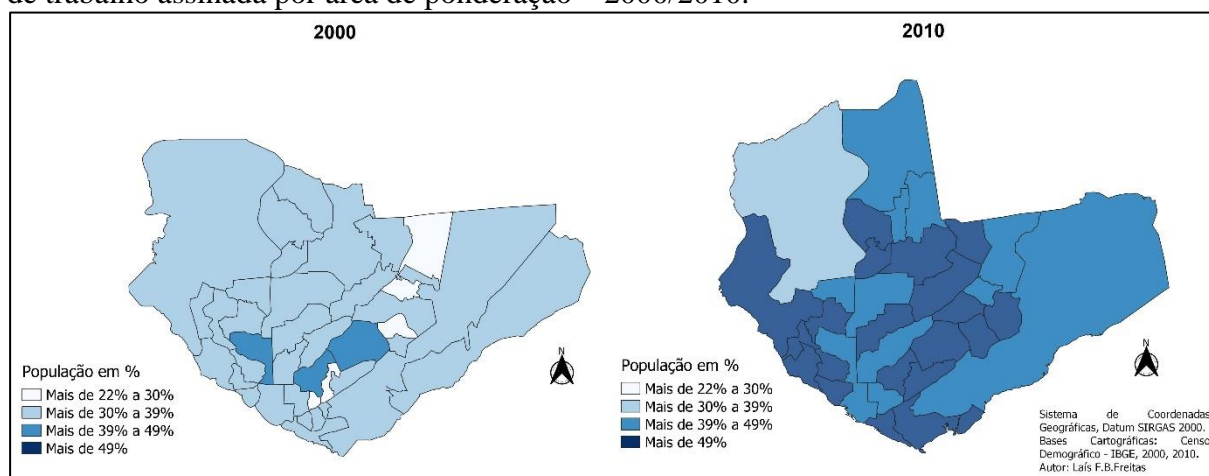
Já em 2010, constata-se que ao longo da década ocorreu um significativo aumento da formalização do trabalho, superando os 50% da população empregada. Na esfera estadual apenas 34,7% da população apresentava condições adequadas de trabalho em relação aos



direitos trabalhistas, contando com 28,5% das pessoas trabalhando sem carteira de trabalho assinada. Em Manaus, vê-se que o grupo com maior percentual de pessoas continuou sendo o dos empregados com carteira de trabalho assinada (49,9%), seguida dos trabalhadores por conta própria (20,4%) e empregados sem carteira de trabalho assinada (19,9%).

Na Figura 5 é mostrada a distribuição da população de Manaus por áreas de ponderação na categoria empregados com carteira de trabalho assinada para os anos de 2000 e 2010. No ano de 2000, as áreas com os maiores valores para esta categoria são: Santa Luzia e Morro da Liberdade, Santo Antônio e Vila da Prata e Japiim e Japiinlândia, com valores de 39% a 45%. Os menores valores estão situados nas áreas: Zumbi, Santa Etelvina e Monte das Oliveiras, Tarumã e Ponta Negra (23% a 30%), além da Área de Expansão – Zona Rural (11,1%).

Figura 5 – Percentual da população ocupada residente no município de Manaus com carteira de trabalho assinada por área de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000.

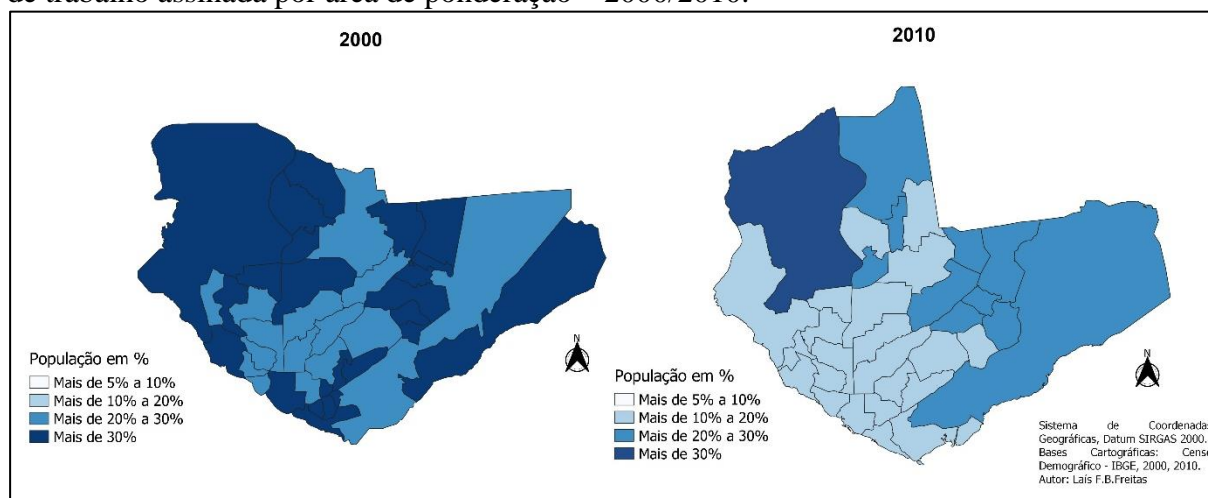
Para o ano de 2010, as áreas que contaram com os maiores percentuais dos empregados com carteira de trabalho assinada são: Japiim, São Jorge e Vila da Prata e São Francisco e Petrópolis, tendo valores entre 55% a 60%. Já os menores valores estão nas áreas: Nova Cidade, Lago Azul e Santa Etelvina e Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores) (36% a 46%).

Na Figura 5, nesse ano, nota-se um aumento significativo no percentual da população empregada com carteira de trabalho assinada nas diversas áreas de ponderação do município de Manaus, especialmente do grupo com percentuais acima de 49%. Por outro lado, não se observa mais nenhuma área de ponderação enquadrada na categoria mais de 22% a 30%.

Na Figura 6 está distribuída a população de Manaus ocupada sem carteira de trabalho assinada para os anos de 2000 e 2010. Em relação à 2000, as áreas de ponderação com os maiores valores para esta categoria são: Santa Etelvina e Monte das Oliveiras, Tarumã e Ponta Negra e Jorge Teixeira - Sul com valores entre 38% a 40%. Enquanto os menores valores estão nas áreas: Coroadó, Santo Antônio e Vila da Prata e Santa Luzia e Morro da Liberdade (de 25% a 27%).

Quanto ao ano de 2010, as áreas de ponderação com os maiores valores dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada foram Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores), Tancredo Neves e Jorge Teixeira, todas com percentuais próximos a 30%. Por outro lado, as menores porcentagens encontram-se nas áreas São Jorge e Vila da Prata, Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra e Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças com, respectivamente, que contavam com valores entre 10% e 15%.

Figura 6 – Percentual da população residente no município de Manaus empregada sem carteira de trabalho assinada por área de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2010.

Pelo mapa, nota-se que, em 2010, o percentual de pessoas sem carteira de trabalho assinada ficou concentrado em determinadas áreas de ponderação nas zonas Norte e Leste, havendo o aumento na quantidade de áreas de ponderação nas categorias acima de 10% a 20%, enquanto houve redução na categoria mais de 30%.

O Gráfico 1 mostra a distribuição do rendimento domiciliar per capita em número de salários-mínimos. Em 2000, a maior parcela da população enquadrava-se nas faixas de rendimento de mais de ½ a 1 salário-mínimo, até ½ salário-mínimo e mais de 1 a 2 salários-mínimos. Juntas essas faixas correspondiam a 2/3 da população residente no município. Neste ano, a média dos rendimentos domiciliares per capita no município de Manaus foi de 2,1 salários-mínimos, enquanto no conjunto do Amazonas foi de 1,5 salário-mínimo.

Em 2010, novamente a faixa de maior percentual foi a de mais de ½ a 1 salário-mínimo, seguido da de mais de 1 a 2 salários-mínimos. Estas das faixas contaram com expressivos aumentos no período analisado próximos a 30%. Inclusive foram as únicas que apresentaram esta tendência na década. Todas as demais faixas de rendimento per capita tiveram redução. De forma que, neste ano, a média do rendimento per capita do município de Manaus foi de 1,4 salário-mínimo. Comparativamente à média do conjunto do Estado (0,8 SM), a capital obteve uma média mais elevada.

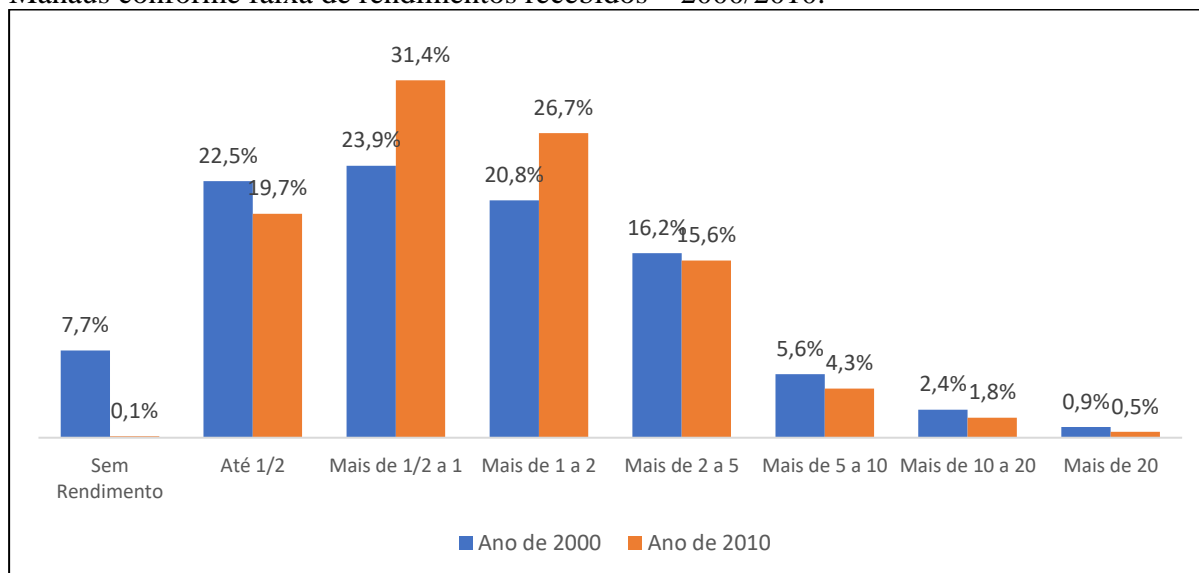
Na Figura 12 consta a média do rendimento domiciliar per capita das áreas de ponderação para os anos 2000 e 2010. As áreas de ponderação com as mais elevadas médias, em 2000, são Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (8,2 SM), Tarumã e Ponta Negra (6,1 SM) e Parque 10 (5,8 SM). Por sua vez, as áreas com as menores rendas médias são Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara, Jorge Teixeira - Sul e Jorge Teixeira - Norte, todas com valores inferiores a 1 salário-mínimo. A Área de Expansão - Zona Rural, não presente no mapa, também estava enquadrada neste grupo.

No ano de 2010, as áreas de ponderação com os mais elevados rendimentos médios são Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (6,8 SM), Aleixo, Adrianópolis, Nossa Senhora das Graças (5 SM) e Parque 10 (4,7 SM). Os menores valores correspondem às áreas Colônia Terra Nova (0,7 SM), Gilberto Mestrinho (0,6 SM) e Tancredo Neves (0,6 SM). Nota-se que entre 2000 e 2010 há uma redução na média dos rendimentos per capita.

Na Figura 13 estão plotados os valores da faixa de rendimento médio per capita de mais de ½ a 1 salário-mínimo por área de ponderação que, como apresentado anteriormente, contou com os maiores percentuais entre as diversas faixas de rendimento. Em 2000, nota-se que as

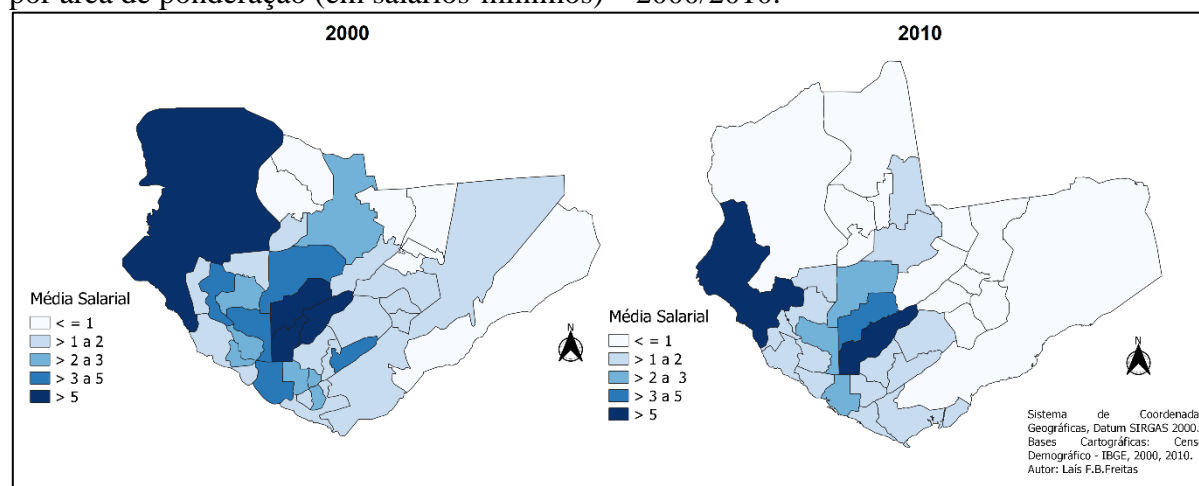
áreas com os maiores contingentes de pessoas são São José (5.388 pessoas), Compensa e Santo Agostinho (5.146 pessoas) e Cidade Nova - Conjuntos (4.742 pessoas). As áreas com os menores volumes populacionais nessa categoria são Japiim Central, Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis e Tarumã e Ponta Negra, além da Área de Expansão- Zona Rural com valores inferiores a 800 pessoas.

Gráfico 1 – Percentual do rendimento domiciliar *per capita* da população do município de Manaus conforme faixa de rendimentos recebidos – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

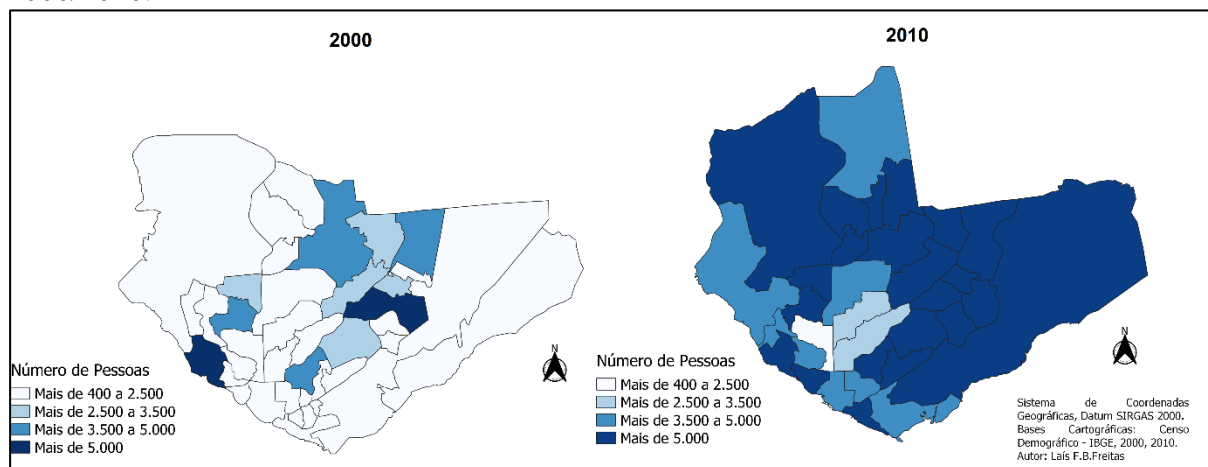
Figura 12 – Rendimento médio domiciliar *per capita* da população do município de Manaus por área de ponderação (em salários-mínimos) – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Já em 2010, é possível ver que as áreas com as maiores quantitativo de pessoas são Jorge Teixeira, Cidade Nova e Novo Aleixo, todas com contingentes demográficos superior a 15 mil pessoas. Já as áreas com menores tamanhos populacionais nessa categoria são Parque 10, Aleixo, Adrianópolis, Nossa Senhora das Graças e Dom Pedro I, São Geraldo e Chapada, todas com valores abaixo de 3 mil habitantes.

Figura 13 – Volume da população residente no município de Manaus conforme faixa de rendimento médio *per capita* de mais de 1/2 a 1 salário-mínimo e área de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

No mapa se observa, em 2010, que houve aumento expressivo de áreas enquadradas na categoria mais de 5.000 pessoas residindo em domicílios com rendimento de mais de 1/2 a 1 salário-mínimo em relação ao ano 2000. Por outro lado, apenas uma área de ponderação continua na categoria mais de 400 a 2.500 pessoas.

3.2 Indicadores de pobreza

Em “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, Barros, Henriques e Mendonça (2001) discorrem sobre a natureza da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil enquanto estabelecem as inter-relações causais entre as dimensões. Para os autores, a pobreza consiste na insuficiência de renda e, para mensurá-la, utilizam a proporção de pobres e o hiato médio da renda. Em seus resultados, concluem que o Brasil não é um país pobre, mas injusto e desigual. Além disso, ressaltam que o país tem ampla disponibilidade de recursos para combater a pobreza, entretanto apresentam a desigualdade como fator explicativo para o elevado grau de pobreza existente no país.

Utilizando os dados da PNAD para 1999 e 2001, Mariano e Neder (2004) analisam os indicadores da desigualdade de renda e pobreza das famílias das zonas rurais dos Estados Nordestinos. Como forma de mensurar a desigualdade, eles utilizam o método de decomposição do coeficiente de Gini de acordo com as fontes de renda. Na mensuração da pobreza, os autores usam a proporção de pobres e o hiato de pobreza. Em seus resultados, revelam que, em 2001, mais de 47,5% das famílias das regiões rurais nordestinas tinham renda *per capita* abaixo da linha de pobreza de R\$ 53,86. Com isso, concluem que, por conta do elevado hiato entre a renda das famílias pobres e a linha de pobreza, seriam necessárias políticas coordenadas e intercaladas para tirar milhares de famílias dessa condição.

Para a estimativa da pobreza no município de Manaus durante a década de 2000 foi empregada a proporção de pobres (Índice H), ou seja, a extensão da pobreza no município, conforme apresentado na metodologia.

Dessa maneira, como mostra a Tabela 10, no ano de 2000, 575.821 pessoas encontravam abaixo da linha de pobreza (R\$92,63), resultando numa proporção de pobres de 41% da população total do município.

Em 2010, por sua vez, se constatou que houve uma queda na proporção de pobres entre 2000 e 2010 de 12,5%. A redução observada ocorreu não apenas no percentual do índice H,



mas também no volume de pessoas enquadradas abaixo da linha de pobreza entre os anos em análise, que passou para 512.816 pessoas. No último ano, a proporção de pobres foi de 28,5% da população total do município.

Tabela 10 - Proporção de pobres do município de Manaus – 2000/2010.

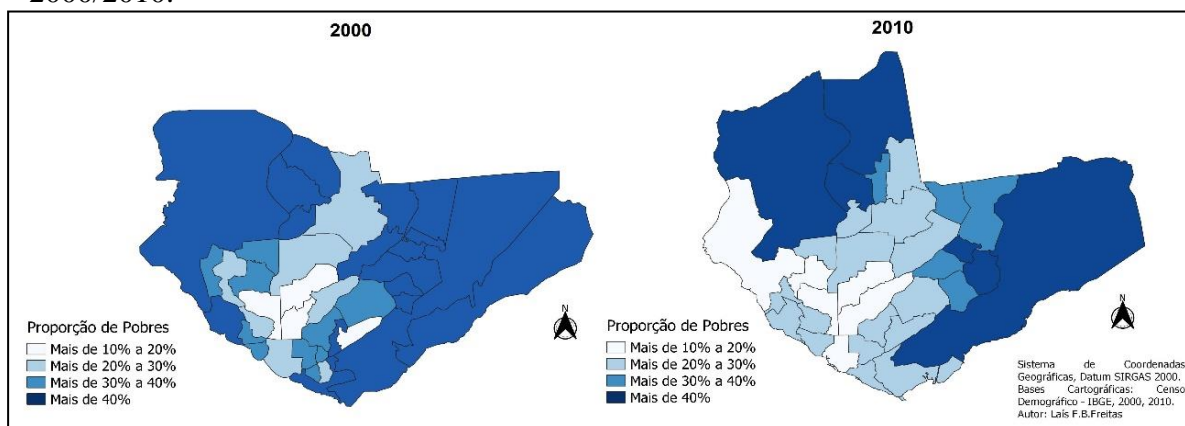
Ano	Número de pobres	População total	Índice H (%)
2000	575.821	1.405.835	40,96
2010	512.816	1.802.014	28,46

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Nota: Foi utilizada na estimativa a linha de pobreza empregada pelo IETS.

Em relação às áreas de ponderação, mostradas na Figura 14, as localidades com as mais elevadas proporções de pobres, em 2000, são Jorge Teixeira – Norte, Jorge Teixeira – Sul e Mauzinho, todas com valores acima de 60%. Além disso, a Área de Expansão – Zona Rural contou com o maior valor do Índice H, de 73%. As menores proporções de pobres situam-se nas áreas da Chapada, São Geraldo e Dom Pedro, Parque 10 e Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis, com percentuais entre 10% e 20%.

Figura 14 – Proporção de pobres (Índice H) no município de Manaus por área de ponderação – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Já em 2010, verifica-se que as áreas de ponderação com as maiores proporções de pobres não superam os 50%, significando uma redução nos níveis do Índice H em comparação ao ano 2000. Entre as unidades territoriais deste grupo encontram-se Colônia Terra Nova, Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores) e Tancredo Neves, todas com valores próximos a 45%. Em contrapartida, as menores proporções estão nas localidades Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, Parque 10 e Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra, com valores entre 10% e 15%.

No intervalo de dez anos, como mencionado acima, nota-se redução na categoria de maior proporção de pobres (acima de 40%), ao mesmo tempo em que se observa aumento nas categorias intermediárias, mais de 10% a 20% e mais de 20% a 30%.

O hiato da pobreza é responsável por fornecer o grau de intensidade da pobreza em determinada localidade. A Tabela 11 apresenta valores para o hiato total da renda (em reais), hiato médio da renda (em reais) e hiato médio em relação à linha de pobreza (em porcentagem). Todos os valores em reais apresentados a seguir foram atualizados para dezembro de 2021.

É importante ressaltar o aumento no valor da linha de pobreza calculado utilizando a metodologia do IETS (de R\$ 336,77 em 2000 para R\$ 385,93 em 2010), fato que influencia o



resultado do hiato da pobreza. O hiato total da renda, em 2000, atingiu o valor de R\$ 98.715.028,63. Enquanto em 2010 este indicador aumentou para R\$ 99.421.712,80, havendo então um aumento de R\$ 706.684,17 no hiato total da renda entre 2000 e 2010. O valor do hiato total da renda é considerado o menor valor para a erradicação total da pobreza.

No ano de 2000, o hiato médio por habitante era de R\$ 70,20 e em 2010 R\$ 55,18, observando-se uma redução de R\$ 15,02 no período analisado. Nota-se que em 2000 o hiato médio em relação à linha de pobreza era de 20,8% e em 2010 de 14,3%, havendo redução de 6,5% na intensidade da pobreza.

Tabela 11 – Hiato da pobreza da população do município de Manaus – 2000/2010.

Ano	Hiato Total da Renda (em R\$)	Hiato Médio da Renda (em R\$)	Hiato Médio em relação à linha de pobreza (%)
2000	98.715.028,63	70,20	20,84%
2010	99.421.712,80	55,18	14,30%

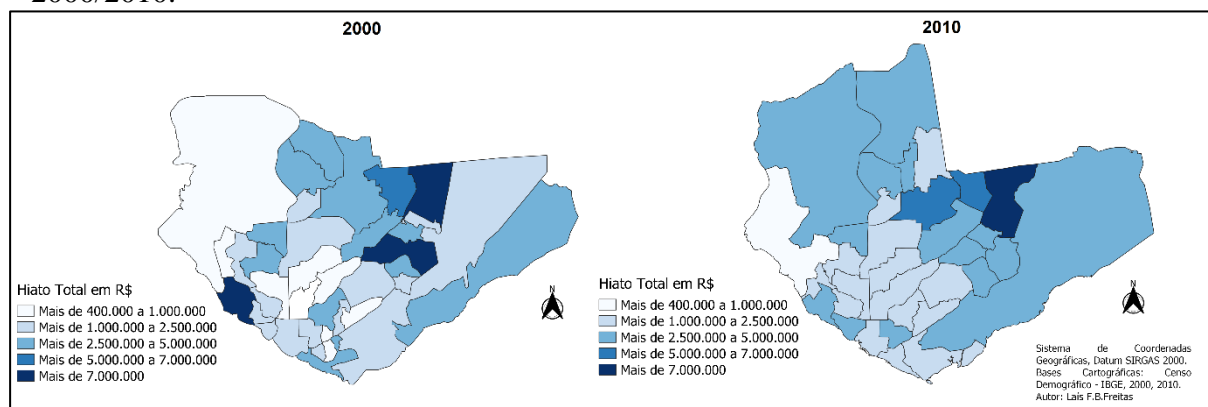
Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

Nota: Foi utilizada na estimativa a linha de pobreza empregada pelo IETS.

De acordo com os resultados apresentados, é possível notar a intensidade real no hiato médio em relação à linha de pobreza, visto que ele leva em conta tanto o valor da linha de pobreza adotada, quanto a quantidade de pessoas abaixo dela, sendo assim possível perceber a redução.

A Figura 15 mostra o hiato total de renda para 2000 e 2010 quanto às áreas de ponderação. Assim, em 2000, as áreas com maior intensidade de pobreza eram Jorge Teixeira – Norte (R\$ 7.441.591,96), São José (R\$ 7.287.439,66) e Compensa e Santo Agostinho (R\$ 7.119.266,96). Enquanto isso, as áreas com menor hiato total de renda eram Raiz (R\$ 740.863,23), Japiim Central (R\$ 593.904,03) e Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (R\$ 414.668,14).

Figura 15 – Hiato total de renda para o município de Manaus por área de ponderação (em reais) – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

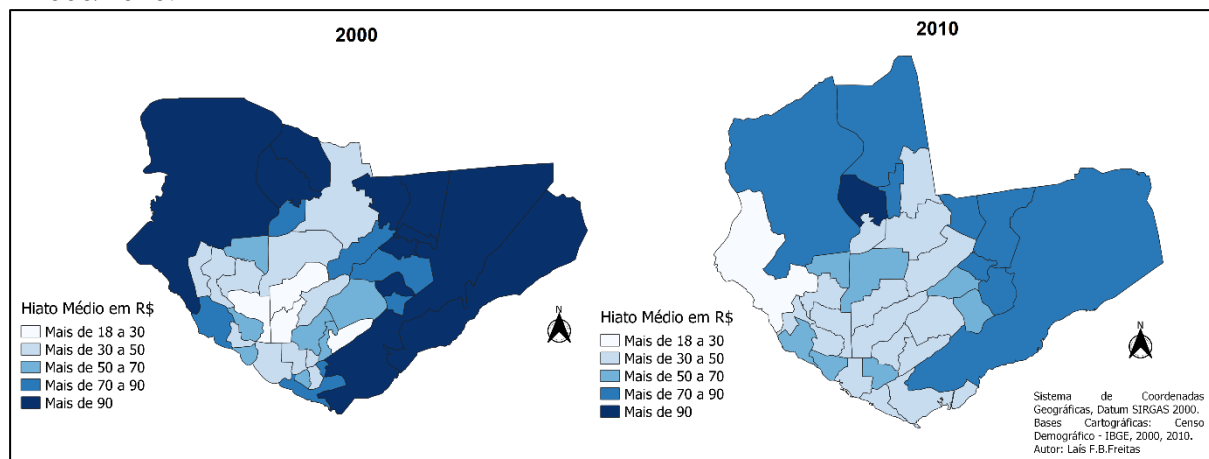
Em 2010, as áreas com maior hiato total de renda eram Jorge Teixeira (R\$ 8.087.259,03), Cidade Nova (R\$ 5.684.567,24) e Cidade de Deus (R\$ 5.005.526,40). As áreas com os menores valores eram São Jorge e Vila da Prata (R\$ 1.425.814,70), Nova Esperança e Santo Agostinho (R\$ 1.215.719,18) e Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (R\$ 889.229,01).

Refletindo o que aconteceu na análise por município, vê-se um aumento no hiato total de renda entre 2000 e 2010, principalmente na categoria acima de R\$5.000.000,00.



Na Figura 16 são exibidos os mapas que ilustram o hiato médio da renda por áreas de ponderação para os dois anos em análise. Em 2000, as áreas com os maiores hiatos médios eram Jorge Teixeira – Norte (R\$ 127,83), Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara (R\$ 122,08) e Cidade Nova – Invasões Leste (R\$ 118,12), além da área rural, não exibida no mapa, Área de Expansão – Zona Rural (R\$ 160,80). Os menores hiatos concentravam-se nas áreas da Chapada, São Geraldo e Dom Pedro (R\$ 27,19), Parque 10 (R\$ 26,90) e Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (R\$ 18,32).

Figura 16 – Hiato médio de renda no município de Manaus por área de ponderação (em reais) – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

No ano de 2010, as áreas com os maiores hiatos médios de renda eram Colônia Terra Nova (R\$ 105,09), Tancredo Neves (R\$46,15) e Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores) (R\$ 85,19). Os menores hiatos médios estavam nas áreas Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças (R\$ 33,15), Alvorada (R\$ 32,39) e Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (R\$ 20,76).

Novamente como na análise no nível municipal, houve redução no hiato médio de renda, em especial na categoria mais de R\$ 90 durante o intervalo de dez anos, enquanto observa-se um aumento nas categorias mais de R\$ 30 a R\$ 50 e mais de R\$ 70 a R\$ 90.

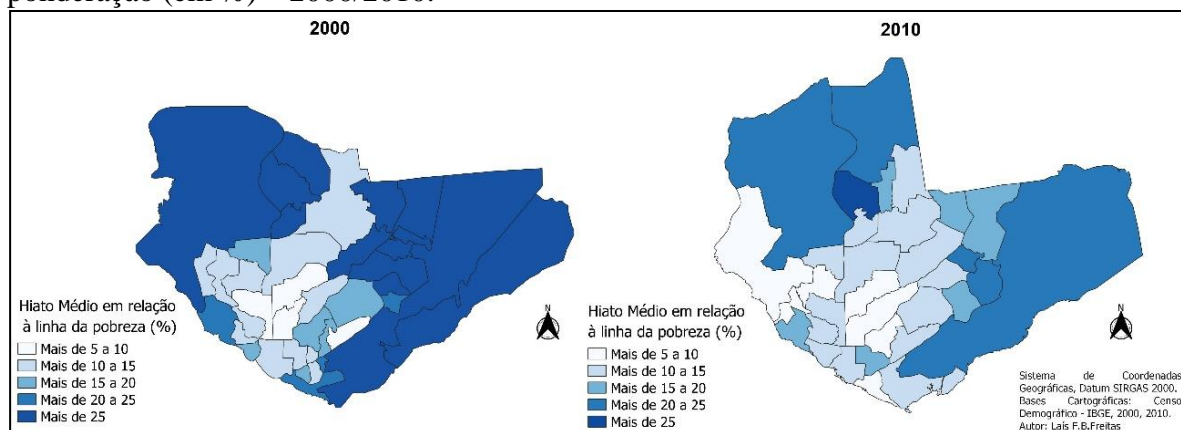
A Figura 17 exhibe os mapas que ilustram o hiato médio em relação à linha de pobreza por áreas de ponderação para os dois anos analisados. Em 2000, nota-se que as áreas com as maiores intensidades de pobreza eram Jorge Teixeira – Norte, Mauzinho, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara e Cidade Nova – Invasões Leste, todas com valores entre 35% e 40%. A Área de Expansão – Zona Rural foi a que contou com o mais elevado percentual, próximo a 50%. As menores intensidades de pobreza notavam-se na Chapada, São Geraldo e Dom Pedro, Parque 10 e Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis. Estas áreas apresentaram percentuais entre 5% e 10%.

Em 2010, os maiores hiatos médios em relação à linha de pobreza localizavam-se na Colônia Terra Nova, Tancredo Neves e Tarumã, Tarumã-Açu e Manaus (demais setores). Essas unidades territoriais contaram com percentuais entre 20% e 30%. Enquanto os menores hiatos da faixa dos 5% a 10% eram representados pelas áreas Aleixo, Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, Alvorada e Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra.

Diferente das outras duas formas de se analisar a pobreza (hiato total e hiato médio), o hiato médio em relação à linha de pobreza leva em conta o aumento do valor a ser considerado como linha de pobreza entre os anos analisados, trazendo um resultado mais próximo da realidade. Dessa forma, percebe-se que houve grande redução na categoria mais de 25%,

expandindo as categorias com menores valores. Conclui-se então que houve redução na intensidade da pobreza entre 2000 e 2010.

Figura 17 – Hiato médio em relação à linha de pobreza no município de Manaus por área de ponderação (em %) – 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE de 2000 e 2010.

4. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a evolução da pobreza no município de Manaus no período 2000 a 2010, visto que pesquisas sobre esse tema focadas na região Norte são ainda escassas. A pobreza foi analisada empregando-se a óptica unidimensional de privação de renda e para isso utilizou-se o Índice H e o Hiato da Pobreza, tendo como base a linha de pobreza do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), que em 2000 corresponde a R\$ 336,77 e R\$ 385,93 em 2010, conforme valores de dezembro de 2021.

Para se alcançar o objetivo principal, foram geradas as características gerais do conjunto da população do município de Manaus e para as áreas de ponderação, tais como: situação de domicílio, nível de instrução, categoria do emprego e renda domiciliar *per capita*. De modo geral, foi constatado um aumento populacional (28,2%), uma melhora significativa no nível de instrução da população, no quantitativo de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada e redução na categoria de ocupação sem carteira de trabalho assinada.

O índice H, que apresenta o percentual da proporção de pobres ou extensão da pobreza, evidenciou que, no ano de 2000, havia uma proporção de pobres de 40,9% da população total do município, enquanto em 2010 a proporção foi 28,5%. Este indicador possibilitou ver que, entre 2000 e 2010, a extensão da pobreza caiu 12,5%. Em relação às áreas de ponderação, foi possível observar redução na proporção de pobres na categoria acima de 40% no intervalo destes dez anos. Em contrapartida, houve aumento na quantidade de áreas de ponderação nas categorias mais de 10% a 20% e mais de 20% a 30%. Em 2000, a área com o maior valor era Jorge Teixeira – Norte (65,8%) e o menor Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (11,6%). Em 2010, a área de ponderação com maior percentual de extensão de pobreza foi a Colônia Terra Nova com 45,7%, enquanto a menor foi Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra com 11,9%.

Para os resultados do hiato da pobreza, os valores em reais foram atualizados para dezembro de 2021. Dessa forma, viu-se um aumento no valor da linha de pobreza calculado utilizando a metodologia do IETS (de R\$ 336,77 em 2000 para R\$ 385,93 em 2010, valores atualizados para dezembro de 2021).



O hiato total da renda é considerado o menor valor para a erradicação total da pobreza. Para o município de Manaus, em 2000, o valor do hiato do total era de R\$98.715.028,63, enquanto em 2010 era de R\$99.421.712,80, havendo então um aumento de R\$706.684,17 no hiato total da renda num intervalo de 10 anos. Quanto às áreas de ponderação, em 2000, o maior valor era no Jorge Teixeira – Norte (R\$7.441.591,96) e o menor em Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (R\$414.668,14). Em 2010, o maior valor estava situado no Jorge Teixeira (R\$8.087.259,03), enquanto o menor estava no Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (R\$889.229,01).

Em relação ao hiato médio da renda, no ano de 2000, o valor era de R\$70,20 e em 2010 R\$55,18, observando-se uma redução de R\$15,02 no período analisado. Em relação às áreas de ponderação, em 2000, o maior hiato médio estava no Jorge Teixeira – Norte (R\$127,83) e o menor em Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (R\$18,32). Para o ano de 2010, o maior valor estava na Colônia Terra Nova (R\$105,09) e o menor no Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (R\$20,76). Entre 2000 e 2010, apesar do aumento no hiato total de renda, houve redução no hiato médio da renda.

O hiato médio em relação à linha de pobreza leva em conta o aumento da linha de pobreza entre os dois anos, trazendo um resultado mais próximo da realidade. Este indicador, em 2000, era de 20,8% e em 2010 de 14,3%, tendo uma redução de 6,5% na intensidade da pobreza. Falando das áreas de ponderação, nota-se que em 2000 a área com o maior valor foi a do Jorge Teixeira – Norte (38%) e a menor em Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis (5,4%). Em 2010, o maior valor estava na Colônia Terra Nova (27,2%) e o menor, mais uma vez, no Lírio do Vale, Planalto e Ponta Negra (5,4%). Empregando o hiato médio em relação à linha de pobreza foi possível notar redução na intensidade da pobreza entre 2000 e 2010.

Apesar de que os indicadores de pobreza da óptica unidimensional nos fornecem uma boa visão da situação da população no geral, as necessidades básicas dos habitantes, sendo subjetivas, dependem de diversos fatores que excedem a renda. Assim, para ter uma noção mais abrangente da pobreza, seria necessário utilizar a abordagem multidimensional associada à renda, é o que se pretende para dar continuidade ao presente estudo.

Estudos como o que foi realizado nesse trabalho são de extrema importância, pois só é possível buscar soluções para determinado problema se há conhecimento e informação a respeito dele. Sabendo disso, faz-se necessário entender e revelar quem e quantos são os pobres do município de Manaus e suas divisões territoriais, como as áreas de ponderação.

5. Referências

BARROS, R.P; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A instabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 21-47.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CODES, A. L. M. A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em Direção a Uma Visão Complexa. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 1332, p. 1-33, 2008.

FOSTER, J., GREER, J.; THORBECKE, E. Notes and Comments a Class of Decomposable Poverty Measures. **Econometrica**, vol. 52 n. 3. 1984.

HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – (IBGE). **Censo Demográfico 2000** – Documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010** – Documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IVO, A. Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1990: novas teses, novos paradigmas. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, p. 07-27, 2002.

LADERCHI, et al. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **Queen Elizabeth House Working Paper Series**, n. 107, 2003.

LIMA, A. L. M. C. Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (Org.). **Pobreza e Desigualdades Sociais**. Salvador, v. 63, p. 01-263, 2002.

MACHADO, K. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização. **Conjuntura & Planejamento**, v. 155, p. 30-35, 2007.

MARIANO, J. L.; NEDER, H. D. Renda e pobreza entre famílias no meio rural do Nordeste. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia: Anais..., **Uberlândia: Associação Nacional de Economia Política**, 2004. p. 156-170.

MARTINI, R. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), 24 (2), p. 81-102, Jan/Jun. 2010.

MARTINS, V. **Um estudo sobre a pobreza rural e urbana das regiões brasileiras a partir da teoria dos Conjuntos Fuzzy**. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos?, in J.P.R. Velloso e R.C.Albuquerque (coord.), **Cinco Décadas de Questão Social e os Grandes Desafios do Crescimento Sustentado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p. 177-220, 2005.

SEN. A. **Hunger and entitlements**: research for action. Finlândia: World Institute for Development Economics Research, United Nations University, 1988.

SEN, A. “Democracy as a universal value”. **Journal of Democracy**, 10.3, pp. 3-17. 1999.

SEN. A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

WRIGHT, R. E. Standardized Poverty Measurement. **Journal of Economic Studies**, vol. 23 n. 4. 1996.